

A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça - BA¹

Venezina de Oliveira Soares

Mestranda em Geografia - Universidade Federal de Sergipe
Professora de Geografia das redes municipal e estadual de ensino no município de Barra do Choça - BA. Professora substituta de Prática de Ensino de Geografia da Universidade Estadual da Bahia - UNEB.
E-mail: venosoares@hotmail.com

Luciana Oliveira Rocha

Mestre em Geografia - Universidade Federal da Bahia
Professora de Geografia da rede municipal de ensino do município de Barra do Choça - BA
E-mail: luluoliveira@yahoo.com.br

Resumo

Este estudo analisa a estrutura agrária do município de Barra do Choça/BA, destacando como pontos principais a estrutura fundiária, a produção agrícola e o trabalho na cafeicultura. As principais fontes de pesquisa além do referencial teórico foram o INCRA, o IBGE, a CEI, as Secretarias locais, além das entrevistas aos produtores e trabalhadores. A partir de 1970 com o processo de "modernização" da agricultura e expansão das fronteiras agrícolas, implanta-se a cafeicultura na região Sudoeste e mais precisamente no município em estudo. Os investidores imobiliários começam a especular a terra, posseiros e meeiros cedem suas áreas para a monocultura, obedecendo à lógica do capital. Em 1980 a população urbana cresce 83,6%, isto porque recebe um grande contingente de pessoas para trabalhar nas lavouras do café. Ultimamente, no que se refere à produção cafeeira na Região Sudoeste da Bahia, é possível compreender as características do contexto e as transformações e adaptações vivenciadas numa conjuntura histórica, em função da nucleação do café. É relevante o estudo sobre a evolução da estrutura agrária, pois decorre da contradição e diferenciação dos segmentos e grupos sociais que convivem nesse processo, tendo em vista as transformações significativas promovidas na região.

Palavras-chave: Estrutura agrária, questão agrária, cafeicultura, produção agrícola, transformações e contradições.

Resumen

A evolución de la estructura de la tierra de la ciudad de Barra do Choça - BA

Este estudio analiza la estructura agraria del municipio de Barra do Choça - BA, destacando como aspectos principales la estructura de la propiedad de la tierra, la producción agrícola y el trabajo en la producción de café. Las principales fuentes de la investigación, a parte del marco teórico, fueron el INCRA, el IBGE, CEI, las secretarias locales, y ,ademas, entrevistas con productores y trabajadores. A partir del 1970, con el proceso de "modernización" de la agricultura y la expansión de la frontera agrícola, se implementaba en la region del oeste el

¹ Este trabalho é parte da Monografia intitulada "A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça - BA", desenvolvida como trabalho final do Curso de Pós-Graduação em Geografia Regional / UESB – Vitória da Conquista, 1997, adaptado em 2009. Foi apresentado oralmente no X Encontro Regional de Estudos Geográficos – Políticas de (Des)envolvimento da/na REGIÃO NORDESTE: Uma Leitura Crítica Geográfica, em julho de 2009.

cultivo de café y, más concretamente en el municipio del estudio. Inversionistas inmobiliarias comienzan a especular con la tierra, los arrendatarios ceden sus tierras para el monocultivo, obedeciendo la lógica del capital. En 1980 la población urbana crece un 83,6%, debido a que recibe un gran contingente de personas para trabajar en las plantaciones de café. Ultimamente, cuando se trata de la producción de café en la región suroeste de Bahía, es posible entender las características del contexto y de las transformaciones y adaptaciones vivenciadas en el marco de la coyuntura histórica, en relación a la concentración del café. De relevancia es el estudio sobre la evolución de la estructura agraria, pues es el resultado de la contradicción y diferenciación de los segmentos y grupos sociales que conviven en este proceso, teniendo en cuenta las transformaciones significativas en la región.

Palabras clave: Estructura agraria, cuestión agraria, cafcultura, producción agrícola, transformaciones y contradicciones

Abstract

Formation of the agrarian structure in Barra do Choça, Bahia

This study examines the agrarian structure of the municipality of Barra do Choça in the southwest region of the state of Bahia, Brazil. It highlights key aspects of land ownership, agricultural production and labor relations in the municipality's coffee economy. Research is based on documentation gathered from INCRA, IBGE, CEI, and local government departments, as well as interviews with producers and workers. Through a "modernization" process of agricultural expansion and production intensification that began in the 1970s, a coffee growing socio-economy was implanted in the municipality under study. According to the logic of capitalism, real estate investors began to speculate on agricultural land and sharecroppers and leaseholders found it necessary to plant coffee. In the 1980s, the area's urban population grew by 83.6 percent because coffee demanded a larger labor force than traditional crops. Focusing on the history of coffee nucleation in Barra do Choça, it is possible to understand the characteristics of the experience of agricultural "modernization." From the perspective of the agrarian question, the study evaluates these recent transformations of the agrarian structure of southwestern Bahia, examining socio-economic segmentation and the contradictions produced.

Keywords: Agrarian structure, agrarian question, coffee, agricultural production changes and contradictions

Introdução

Este trabalho discute as transformações promovidas na estrutura agrária do município de Barra do Choça/BA, a partir da implantação da monocultura cafeeira na região, observando a distribuição da terra e o seu principal uso, bem como a oferta de trabalho no período da safra e entressafra. Trata-se de um artigo de resultados, que evidencia a realidade do município, considerando as adaptações vivenciadas na conjuntura local, em função da nucleação do café. A princípio, buscou-se focar uma reflexão acerca do referencial teórico, respaldando-se nas questões relacionadas à questão agrária, dentro de uma perspectiva histórica, levando sempre em consideração o contexto que surgiram essas abordagens, bem como a sua trajetória na América Latina e no Brasil.

Posteriormente, com uma compreensão mais apurada da questão agrária no Brasil e na Bahia, a discussão é direcionada para o objeto de estudo pretendido, quando se analisa os elementos empíricos ressaltados, procurando respaldar nos teóricos mais preocupados com essa questão, pautando numa proposta dialética, no sentido de buscar respostas concisas e imparciais, sempre relacionando ao referencial estudado.

Ao inferir sobre cada ponto destacado durante a pesquisa, buscou-se retratar as questões ligadas ao contexto da inserção da cafeicultura na Região Sudoeste da Bahia, que se deu a partir da década de 1970, com o processo de “modernização” da agricultura brasileira, visto que o Estado da Bahia não está desarticulado da conjuntura.

Esse processo como um todo, vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970/90, período da implantação de culturas destinadas à exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação, em vastas áreas de todo o Estado.

A proposta da pesquisa partiu inicialmente de levantamento e estudo bibliográfico, referenciando da produção científica concernente à temática em análise, que serviu de embasamento teórico para o desdobramento da mesma. Após esta importante etapa, partiu-se para a fase seguinte, quando foi realizado o levantamento dos dados estatísticos, mediante as visitas aos órgãos ligados ao setor - INCRA, IBGE, CEI e secretarias afins.

As visitas consistiram em identificar os principais elementos da pesquisa (estabelecimentos agrícolas, quantidade da mão de obra empregada no período da safra e entressafra, classes de área dos estabelecimentos, bem como a estrutura da produção agrícola). Neste contexto, abriram as possibilidades para coletar os dados que deram respaldo para a realização do trabalho, como as entrevistas que foram realizadas com os trabalhadores e com os produtores, bem como os depoimentos e observações de outras pessoas da comunidade, que também foram envolvidos nesse estudo.

O processo de coleta de dados aconteceu de forma mais intensiva no período da safra do café, tendo em vista que é a principal atividade econômica desenvolvida no município e, conseqüentemente, absorve a maioria da mão de obra empregada. No período da entressafra, o acompanhamento do processo de trabalho foi de igual importância, pois também foi objetivo dessa pesquisa. Todavia, as condições e o tratamento dado aos trabalhadores nos dois períodos são um tanto diferentes, devido à maior necessidade no primeiro.

De posse dos dados, partiu-se para a sistematização do trabalho, procurando encontrar respostas aos problemas e hipóteses ressaltados, buscando uma compreensão mais detalhada da produção e (re) produção social, agora com os elementos estudados, identificados, tabulados e quantificados, respaldando sempre no referencial teórico estudado.

As considerações inferidas neste estudo estão contidas ao longo do texto, as quais são bastante discutidas durante as conclusões de cada item ressaltado, quando da interpretação dos dados pesquisados.

Portanto, foi por esse caminho que se desenvolveu o estudo ora apresentado, relevando sempre a importância do tema, haja vista que faz parte de uma conjuntura histórica, que orienta para as transformações e contradições vivenciadas no campo, ao longo do processo histórico desse país.

Referencial Teórico

A ênfase tratada neste trabalho leva em consideração as abordagens de cunho geográfico. Neste caso, na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. (STEDILE, 2005, p.15).

A Questão Agrária tem sido tema de diversas discussões no meio acadêmico e entre diferentes instituições afins, que se preocupam com as questões relacionadas com a justiça social e a distribuição da terra, como também com a situação dos trabalhadores rurais e dos camponeses, os quais convivem com as conseqüências de uma questão ainda não resolvida em várias partes do mundo. Surge na Europa, com o desenvolvimento do

capitalismo, que se desenvolve inicialmente na indústria; mas, ao apropriar-se da agricultura, o capitalismo tende a estabelecer a taxa de composição orgânica (KAUTSKY, 1900).

Assim, com o objetivo de favorecer o fortalecimento do capitalismo industrial, esse processo se amplia no sentido centro periferia, pois, enquanto força de trabalho, os homens e as mulheres têm sido subjugados à condição de miséria e pobreza, relegados a condições de vida cada vez mais extremas, de modo especial, a partir do acirramento das “idéias pós-modernas”, quando ocorre a expansão do imaginário capitalista, tornando as pessoas cada vez mais alienadas nesse processo ilusório vivenciado na nova conjuntura.

Na compreensão de Amin e Vergopoulos (1986), a agricultura europeia apresentou ao longo da história três etapas, a saber: a primeira, marcada pelo mercantilismo, ocorrida entre os séculos XV e XIX, que caracterizou a primeira transformação na agricultura, promovendo também a mercantilização e a desagregação das relações de produção feudais; a do século XIX, momento de consolidação da produção industrial, que imprime uma nova dinâmica à produção agrícola com incorporação de novas técnicas, caracterizando-se como a segunda; e a do século XX, que marca a “industrialização” da agricultura, considerada como terceira fase. Nessas fases, alia-se sempre o desenvolvimento da agricultura com outras atividades e vice-versa.

A tese que desenvolvemos aqui é a seguinte: as relações de produção capitalistas aparecem inicialmente na vida rural, mas limitadas pela resistência do modo de produção feudal; em seguida estas relações se transportam para o campo de atividades novas, a indústria urbana, onde assumem forma definitiva e abandonam a agricultura; enfim, apropriam-se de toda a vida social e integram a agricultura de forma tal e muito mais profunda. Este movimento oscilante caracteriza a história das relações do capitalismo com a agricultura nas formações capitalistas centrais. Veremos que não acontece o mesmo com as formações capitalistas periféricas (AMIN e VERGOPOULOS, 1986, p.21).

Assim, a complexidade dessa questão carrega consigo um longo período de transformações e contradições, que teoricamente surge no bojo do conflito entre Bonaparte e os camponeses, mais precisamente com o “desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, que naquele momento histórico promoveu para a “decadência do estabelecimento, a ruína do camponês e sua transformação em operário [...]”. Assim, contribuiu para o processo de formação do mercado interno para a indústria, expandindo-se para outras áreas do globo (LÊNIN, 1985, p.83).

Não obstante, a expansão do capitalismo se exprime também pela organização do espaço agrário, bem como, e, principalmente, pela organização da produção agrícola e industrial, que doravante se articulam numa interdependência sem igual, redefinindo as estruturas da divisão social e territorial do trabalho, do capital financeiro e do capital social, numa conjuntura cada vez mais antagônica, extraíndo do trabalhador a mais-valia necessária, mediante a submissão do regime de assalariamento, que tem sido cada vez mais injusto. Aliada a isso, ainda acentua a depreciação da matéria-prima em algumas áreas, reafirmando a dependência da agricultura em relação à produção industrial (AMIN e VERGOPOULOS, 1986).

Entre os estudiosos da “Questão Agrária”, tem sido comum a elucidação e a abordagem do tema no contexto da América Latina, particularmente, nos países considerados “em desenvolvimento”, principalmente, em função da “Reforma Agrária”, que ganhou destaque no contexto histórico das últimas décadas.

Na literatura ocidental, tanto popular como científica, é comum a afirmação de que a América Latina iniciou sua história posterior ao descobrimento com instituições feudais e que ainda as conserva, mais de quatro séculos depois. Fomos fundados como apêndice a decadente ordem feudal da Idade Média; herdamos suas estruturas obsoletas, absorvemos seus vícios, convertendo-

os em instituições, nesta periferia de revolução do mundo moderno. Se vocês (os estadunidenses) procedem da Reforma, nós procedemos da Contra-reforma; escravidão do trabalho, do dogmatismo religioso, dos latifúndios... Negação de direitos políticos, econômicos e culturais para as massas; fronteiras fechadas para as idéias modernas. Em vez de criar nossa própria riqueza, nós a exportamos para as metrópoles espanholas e portuguesas. Quando obtivemos a independência política, não obtivemos a econômica, porque a estrutura não mudou (FUENTES, *apud*. FRANK, 2005, p. 36-37).

Como se observa, as raízes da organização territorial da América Latina pautaram sob o comando das estruturas européias, emanadas sob os resquícios do sistema feudal, que perduraram por longos séculos e contribuíram para a promoção da riqueza externa, enquanto fortalecia a dependência interna de todos os países e povos que habitaram esse território. Assim, historicamente o patamar do fracasso capitalista na América Latina quer dizer dependência contínua da monocultura, do sistema latifundiário, do subdesenvolvimento, bem como dependência continuada do capital estrangeiro (FRANK, 2005).

No Brasil, a "questão agrária" teve sua construção teórica e política no pensamento econômico posterior à Revolução de 1930, sistematizada posteriormente, nos anos 1960, com a necessidade da Reforma Agrária, enfocada sobre um debate político, cuja contribuição que a envolveu constituiu três centros de reflexão da intelectualidade à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; setores progressistas da Igreja católica e a Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL (DELGADO, 2001).

Nesse contexto político e social, a Igreja católica teve importante papel na luta política de organização do sindicalismo rural brasileiro, ao mesmo tempo em que exerceu influência na conceituação do direito da propriedade fundiária, legitimado em sua doutrina social pelo princípio da função social. Este princípio, que não era exclusivo da Doutrina Social, inscreveu-se de direito nas normas do Estatuto da Terra de 1964 e, mais tarde, na Constituição Federal de 1988, substituindo "*de jure*" a velha tradição do direito de propriedade, proveniente da Lei de Terras de 1850, que tratava a terra como uma mercadoria como outra qualquer (DELGADO, 2001, p. 05).

A partir dessa década, os movimentos sociais pela terra vão somando e se fortalecendo, no sentido de fazer valer a luta dos "sem-terra", e vão ganhando força tanto no território brasileiro, como também em vários outros países da América Latina. Essa luta se estende pelos anos que se seguem, incluindo não apenas os camponeses desprovidos de terra, mas também parte da população pobre e sem emprego que reside nas periferias das cidades, muitas vezes oriunda do campo, expulsos pelas políticas neoliberais desenvolvidas no Brasil, em função do processo de "modernização" da agricultura, com a conseqüente "mobilização do capital". Conforme Martins,

Essas lutas se modificaram com o correr dos anos, sobretudo a partir de 1964. A questão da reforma agrária, antes dessa época, tinha sua base social nos arrendatários, parceiros e foreiros, tanto no Nordeste, quanto no Sudeste, ameaçados de expulsão da terra, reduzidos rapidamente a uma relação precária e extorsiva de arrendamento. [...] A multiplicação desses conflitos pela terra fez com que o posseiro se tornasse a principal, embora não a única personagem das lutas camponesas atuais. Com isso, a problemática da reforma agrária, como solução para a questão fundiária, repousa hoje sobre uma base social muito mais diferenciada do que aquela dos anos 50, pois inclui, além de arrendatários e parceiros, os posseiros e até os pequenos proprietários (MARTINS, 1981, p. 10-11).

Além disso, é necessário compreender que a luta pela terra não significa apenas a luta pela reforma agrária, ou seja, a luta pela terra sempre existiu, com ou sem projetos de reforma agrária. Essa tem sido uma luta feita pelos trabalhadores. Ao contrário, a luta pela reforma agrária não é realizada apenas por trabalhadores “sem terra”, dela participam muitas e diferentes instituições. Assim, “[...] a diferenciação da luta pela terra da luta pela reforma agrária é fundamental, porque a primeira acontece independentemente da segunda (FERNANDES, 1998, p. 1).

Nesta ótica, “[...] compreender a questão agrária sob o modo capitalista de produção sempre foi tarefa difícil e complicada. Não porque muitos autores não a tenham praticamente esgotada, mas porque os estudos mais trazem discordâncias do que convergência” (OLIVEIRA, 2007, p. 06).

No sentido de entender melhor a estrutura agrária do Brasil, é importante observar a tabela 1, apresentada a seguir, que propõe uma melhor avaliação da distribuição da terra, no período compreendido entre 1920 a 1991, conforme dados do IBGE.

Tabela 1 - Estabelecimentos Agrícolas do Brasil – 1920/60/80/91 (em %)

CLASSES	1920		1960		1980		1991	
	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área	Est.	Área
Est. grandes	4.5	63.0	0.9	45.0	0.9	46.0	1.0	47.0
Est. médios	24.0	28.0	9.4	34.0	9.4	34.0	9.9	35.0
Est. pequenos	71.5	9.0	89.3	21.0	89.1	18.0	91.8	18.8

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário.

Mediante os dados explicitados na tabela, pode-se observar que existe uma grande disparidade entre a área dos estabelecimentos rurais do país. A quantidade dos pequenos estabelecimentos é considerável, entretanto, quando se observa a área que os compreende, nota-se logo a grande diferença entre a área dos grandes estabelecimentos. No período compreendido entre 1920 a 1980 o número dos grandes estabelecimentos diminuiu, todavia, a área não foi reduzida na mesma proporção, fato que indica um aumento na área média dos latifúndios.

Nesse mesmo período, o número dos médios estabelecimentos caiu de 24% em 1920 para 9,4% em 1960. Em termos de área, o aumento foi de seis pontos percentuais, indicando um aumento da área média dos médios estabelecimentos rurais, enquanto os pequenos estabelecimentos cresceram em número e área, conforme já mencionado. Mediante a exposição dos dados, pode-se compreender que em 1960 os latifúndios apoderaram 45% da área total das terras, mesmo perdendo lugar para os médios e pequenos estabelecimentos agrícolas.

Em geral, a maioria dos estabelecimentos rurais permaneceu estável no período de 1960 a 1980, enquanto que a área dos latifúndios cresceu em relação aos pequenos estabelecimentos, os quais tiveram sua área reduzida de 21% em 1960 para 18 % em 1980. Para uma melhor compreensão da realidade evidenciada, é interessante considerar a tabela 2, que demonstra a relação percentual entre a área dos estabelecimentos e a área da produção no Brasil.

Tabela 2 - Relação Percentual Entre a Área dos Estabelecimentos e a Área de Lavoura no Brasil

>10 hectares	10 a 100 hectares	100 a 1000 hectares	1.000 a 10.000 hectares	>10.000 hectares	Média sobre o total
65 %	20 %	8 %	5 %	2 %	15 %

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE: 1992.

Em termos de produção, é claramente perceptível que os minifúndios são os estabelecimentos que melhor se dedicam à agricultura, isto é, 65% das pequenas propriedades dedicam-se à produção agrícola, enquanto apenas 2% das terras das grandes propriedades são destinadas a essa atividade. Na interpretação de Pereira:

A estrutura fundiária brasileira comporta, portanto, dois elementos fundamentais: As pequenas propriedades com o maior índice de uso agrícola do solo, mas cobrindo uma pequena porcentagem da área total já apropriada; Os grandes latifúndios, com baixíssimos índices de aproveitamento do solo e cobrindo grandes extensões do total das terras apropriadas; A convivência desses dois pólos têm como resultado: o desemprego, a expulsão dos pequenos proprietários, a elevação do preço da terra, o conflito, muitas vezes armado, com um saldo cada vez maior de mortes e feridos (PEREIRA, 1994, p. 115).

Nota-se, desse modo, que no Brasil ocorre a ampliação do domínio territorial do latifúndio e do trabalho assalariado no campo, ao mesmo tempo em que multiplicam-se as pequenas unidades de produção e o trabalho familiar camponês, isto porque o capitalismo leva a uma generalização do trabalho assalariado, mas também se apóia nas formas familiares de produção. Assim,

Procurando entender essas e outras transformações que o campo vem sofrendo, surgem inúmeras correntes de interpretação dessas realidades. De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. [...] Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto, heterogêneo, o que leva a criar obviamente, o processo de expansão do assalariamento no campo e o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2007, p. 08).

A esse respeito, Sousa (2005), considera que o segmento rural tem suas raízes na própria formação histórica e econômica do Brasil, com predominância na produção baseada na exploração da mão de obra escrava, com práticas ainda seculares, produzindo um conteúdo autoritário, que resulta numa cultura patronal com fortes relações com os trabalhadores, chegando a influenciar um longo período da história e ainda se fazendo presente na atualidade.

Ao considerar as análises que se retratam sobre a organização da sociedade brasileira, nota-se que são evidentes as contradições vivenciadas, e, por isso, convém ressaltar que o campo brasileiro apresenta relações de trabalho um tanto complexas, que de acordo com Graziano da Silva (1982), de um lado, surge da multiplicidade de formas sob as quais o trabalho é organizado, mediante o poder do capital. Assim, essa complexidade é decorrente do imbricamento existente entre os diferentes grupos sociais, que diretamente estão engajados nas atividades produtivas. Como consequência desse processo, o espaço urbano também sofre muitas transformações na sua organização, haja vista que além de depender da produção do campo, constantemente também recebe um grande contingente da população. Portanto,

Expulsa do seu local de origem seguindo a trilha do capital, a classe trabalhadora é também expulsa do urbano nas áreas de valorização do solo. Sem condições mínimas de moradia lhe é reservado, por apropriação e luta, áreas sem valorização fundiária, desprovidas dos serviços necessários para a reprodução da vida. [...] O espaço da pobreza e da

miséria está destinado aos migrantes vindos do campo para se “modernizarem”. A expansão capitalista no campo significou a garantia da acumulação capitalista monopolista mundial, sob o controle do Banco Mundial. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Avaliando a inserção do modo capitalista de produção na agricultura, em *A Questão Agrária*, Kautsky (1986), compreende que a burguesia leva o camponês à subordinação cidadina, haja vista que a agricultura começa a depender cada vez mais de produtos adquiridos na cidade (adubos, sementes, rações, entre outros insumos), também do crédito hipotecário, que admite a exploração do mesmo pelo capitalista financeiro. Desse modo, o autor entende como desfavorável a relação campo-cidade aos camponeses, pois esse processo tem contribuído para a dependência e submissão dos camponeses aos industriais, comerciantes e bancários, os quais se mantêm na cidade.

Todavia, há de se considerar que o processo da globalização vem romper com certas compreensões anteriormente formuladas, pois campo e cidade deixam de ser entendidos como espaços distintos, sempre contraditórios. Silva (1998), argumenta que a cidade e o campo são territórios econômico-políticos, articulados e interdependentes.

Do mesmo modo, Lefebvre (2004), defende que o *campo não é um resquício em vias de desaparecimento, nem a cidade é o locus do moderno*. Ao contrário, tanto o campo como a cidade devem ser analisados como espaços dialéticos, levando sempre em consideração as especificidades e realidades de cada um, dentro do contexto histórico.

Há de se compreender também, que o rural e o urbano têm modos de vida próprios, com valores diferenciados, ao passo que a cidade e o campo levam à materialização desses modos de vida. Sobremaneira, tanto um como o outro vivenciam valores em comum, como também valores específicos da cada qual.

Nessa relação, é importante considerar a questão da divisão social e territorial do trabalho, que tem sido também uma das grandes controvérsias dessa dualidade de compreensão entre a cidade e o campo, que segundo Moreira (1998), passa a ser o esqueleto da arrumação do espaço industrial, levando a produção à fragmentação em múltiplos espaços especializados e diversificados, que, ao mesmo tempo eleva a produtividade agrícola, libera excedentes para a cidade e, ainda contribui para a redução repentina da sua população. Assim, “A produção e circulação capitalista tendem a transformar essas possibilidades num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista” (HARVEY, 2005, p. 56). Ademais,

O próprio capital não faz outra coisa senão reunir a massa de mãos e instrumentos que encontra pela frente. Ele os reúne sob seu comando. Eles são sua real acumulação de reservas; a concentração de trabalhos, juntamente com seus instrumentos, em pontos determinados. O processo de centralização é o meio mais efetivo para realizar essa concentração de trabalhadores e com o contínuo desenvolvimento das forças produtivas, a centralização do capital ganha continuamente cada vez mais importância (SMITH, 1988, p.179).

Portanto, o sistema capitalista de produção promove, simultaneamente, o entrelaçamento dessa dualidade de controvérsias, que, conforme é demonstrado nas argumentações dos autores, não deixa dúvidas quanto ao seu papel de mantenedor dessa situação contraditória, legitimando o resultado do trabalho sempre em seu favor, seja no campo ou na cidade, seja qual for o momento histórico, bem como a relação aí estabelecida.

No estado da Bahia, essa realidade não é diferente do restante das demais regiões do Brasil, afinal, o estado está articulado na mesma conjuntura, vivenciando do mesmo processo vinculado ao modo de produção capitalista, voltado para dar sustentabilidade às elites burocráticas e governamentais desse país.

A partir da década de 1970, ocorreram transformações consideráveis na estrutura agrária e nas relações de trabalho no Estado da Bahia, as quais estavam aliadas ao “desenvolvimento” do capitalismo no campo com a chamada “modernização” da agricultura.

Felizmente, nem todas as características passam por este processo, por se tratar de um Estado do Nordeste, permanecem algumas características arcaicas e conservadoras, que convivem e resistem ao processo. Entre outras práticas destacadas, vale ressaltar a parceria, bem como a existência dos minifúndios com pequena produtividade, e, ainda, a grande proporção de terras não cultivadas.

A expansão ocorrida na década de 1970 deve-se, principalmente, à incorporação de novas áreas, (nesse caso, houve expansão da fronteira agrícola, aliada à variação e especialização da produção) que contribuiu para o aumento da concentração da propriedade da terra, conforme pode ser observado na tabela 3.

Tabela 3 – Índice de Gini de Concentração da Propriedade da Terra - Bahia 1960/70/80

BAHIA	1960	1970	1980
	0,7716	0,7854	0,8128

FONTE: IBGE – Censos Agropecuários. Cálculos: NSE/CEI.

Entre 1960/70, o crescimento do índice de concentração corresponde a um impulso progressista, de 1,79%, ao passo que, entre 1970/80, esse aumento foi de 3,49%. Percebe-se, portanto, que na Bahia o processo não é diferente dos demais estados do país, pois obedece à lógica da nova estrutura, mesmo considerando que esse incremento não ocorre na mesma proporção para todas as regiões. No caso específico da microrregião do Oeste da Bahia, esse incremento se deu em decorrência da implantação da lavoura de soja. Do mesmo modo, esse processo é observado no Planalto de Conquista, na região Sudoeste da Bahia, com o incremento da cultura do café na década de 1970.

Outras microrregiões também se destacaram com aumento significativo da concentração de terras, como os chapadões do Auto Rio Grande, Baixo Médio São Francisco, região metropolitana de Salvador, Norte Baiano e Médio São Francisco.

Todo esse processo vem refletir as características do desenvolvimento das atividades produtivas que, notadamente, ocorreram entre as décadas de 1970/90, período da implantação de culturas destinadas à exportação, as monoculturas de café e soja, respectivamente, e, posteriormente a produção de frutas para exportação, que se dá também no contexto baiano, ampliando a produção agrícola de exportação, no Estado.

Percebe-se, desse modo, que as relações tradicionais subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão de obra rural, na tentativa de viabilizar a acumulação. Nessa ótica,

[...] no processo de inserção do capitalismo na agricultura, o capital, ao encontrar diferentes tipos de propriedades fundiárias, submete-as a variadas formas de inserção empregando uma diversidade de meios e métodos correspondentes ao cenário histórico e econômico peculiares a cada uma. (MARX, 1985, Apud CARVALHO, MOREIRA, 2000, p.669).

Além disso, a introdução dessas novas culturas vem acompanhada do aumento do uso de novos insumos industrializados, bem como de implementos agrícolas (máquinas e equipamentos em geral), difundindo, assim, a utilização de créditos bancários, o que faz gerar maior vinculação com os setores industriais internacionais, incrementando a economia do Estado. Nessa perspectiva,

A economia política do sistema internacional exhibe uma *dinâmica estrutural* do centro sobre a periferia, cujo objetivo é o controle das contradições da acumulação em escala mundial. Isso não significa que as relações capitalistas e forças produtivas não se desenvolvam nas periferias;

desenvolvem-se subordinadas econômica e politicamente, sob uma tendência geral de polarização (YEROS, 2007, p. 154).

Como se vê, ao ser atingido pelo processo de inserção do capital, o campo também altera as suas relações, elas passam agora a obedecer à lógica do modo de produção que engendra os novos processos, numa engenhosa e estratégica divisão social e territorial do trabalho, que passa então a comandar as novas relações. Por outro lado, essa prática também promove os vínculos com o capital estrangeiro, de modo especial do Banco Mundial, que tem se destacado como um grande fiador desse negócio, haja vista “[...] que passou a considerar a questão da terra fundamental para sua estratégia de desenvolvimento rural no mundo inteiro” (ROSSET, 2004, p. 16). Neste contexto,

A adoção do Pronaf baseou-se na idéia segundo a qual o enfrentamento da tendência universal de redução das margens de lucros da agricultura e a emergência do *agrobusiness* deveriam ocorrer por uma combinação entre a eficiência produtiva e a produção em escala. [...] Quanto aos pequenos produtores, suas perspectivas estariam condicionadas à integração a empresas especializadas no atendimento a mercados consumidores cada vez mais sofisticados. Em outras palavras, o pequeno empreendimento deveria dedicar-se à chamada “agricultura de grife”. Nesse domínio, a competitividade dos pequenos produtores dependeria de sua capacidade de absorver tecnologias produtivas e organizacionais. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30-31).

Essas mudanças ocorridas a partir de 1970, não foram suficientes para caracterizar um processo de transformação em todos os segmentos sócioeconômicos do Estado. Algumas áreas passaram por mudanças mais significativas, como é o caso das grandes cidades, onde são aplicados os lucros e rendas dos grandes empresários rurais em novas moradias e negócios, fazendo aumentar a renda produzida na agricultura. Como se vê, “O capitalismo, por meio dos princípios da subordinação, da comercialização e da monopolização, produz uma infinidade de contradições no que se refere ao bem-estar, isto é, produz desenvolvimento ao mesmo tempo em que subdesenvolvimento” (FRANK, 2005, p. 88).

Locatel e Azevedo (2008) ressaltam, que enquanto o processo de modernização acontece, o pequeno produtor e o trabalhador rural permanecem à margem do processo formador das políticas agrícolas e vivem a acentuação da pobreza e da miséria herdadas de fases anteriores. Assinalam, ainda, que os críticos desse modelo de modernização estavam corretos ao apontarem que, caso se implementasse um modelo de desenvolvimento sem se resolver os problemas estruturais da agricultura brasileira, a tendência seria o agravamento da pobreza no campo que se transporia também para as cidades. É evidente, portanto, a realização de tal prática, vez que não se realiza devidamente acompanhada das preocupações para com as categorias apontadas.

Para as áreas dos pequenos municípios do entorno da área produtora de café, bem como aqueles produtores de pequeno porte, é notável o aumento da pobreza e da miséria, por conta do aumento populacional e a conseqüente disseminação das mazelas produzidas nas periferias dessas cidades, as quais são desprovidas das condições necessárias para conviver com essa nova realidade.

Diante do exposto, nota-se a importância de discutir sobre a Evolução da Estrutura Agrária, pois o processo é intrigante e traz no bojo das questões características relevantes, as quais devem ser analisadas sob a ótica daqueles teóricos mais preocupados com as contradições vivenciadas nessa conjuntura, afinal, constitui fato inegável, a maneira contraditória como está organizada a estrutura agrária nesse país.

Procedimentos Metodológicos

A proposta da pesquisa partiu inicialmente de levantamento e estudo bibliográfico, com referencial da produção científica concernente à temática em estudo – *A Evolução da Estrutura Agrária do Município de Barra do Choça – BA* -, que serviu de embasamento teórico para o desdobramento do estudo em questão. Após esta importante etapa, partiu-se para a fase seguinte, quando foi realizado o levantamento dos dados estatísticos, mediante as visitas aos órgãos ligados ao setor - INCRA, IBGE, CEI e secretarias afins.

As visitas consistiram em identificar os principais elementos da pesquisa (estabelecimentos agrícolas, quantidade da mão de obra empregada no período da safra e entressafra, assentamentos existentes no município, bem como a estrutura da produção agrícola). Neste contexto, abriram as possibilidades para coletar os dados que deram respaldo para a realização do trabalho, como as entrevistas que foram realizadas com os trabalhadores e com os produtores, bem como os depoimentos e observações de outras pessoas da comunidade, que também foram envolvidos nesse estudo.

O processo de coleta de dados aconteceu de forma mais intensiva no período da safra do café, tendo em vista que é a principal atividade econômica desenvolvida no município e, conseqüentemente, absorve a maioria da mão de obra empregada. No período da entressafra, o acompanhamento do processo de trabalho foi também de fundamental importância, pois também foi objetivo dessa pesquisa, a comparação da oferta de trabalho nos dois períodos. Todavia, as condições e o tratamento dado aos trabalhadores nos dois períodos são um tanto diferentes, devido à maior necessidade no primeiro.

De posse dos dados, partiu-se para a sistematização do trabalho, procurando encontrar respostas aos problemas e hipóteses ressaltados, buscando uma compreensão mais detalhada da produção e (re) produção social, agora com os elementos estudados, identificados, tabulados e quantificados, respaldando sempre no referencial teórico estudado.

Resultados, discussão e considerações

O município de Barra do Choça está localizado na região Sudoeste da Bahia, a 27 km de Vitória da Conquista, no polígono formado pelos paralelos 14º 42' e 15º 02' Sul e meridianos 40º 45' e 40º 28' Oeste (Figura 01), possuindo em média 900 metros de altitude e uma área de 781,3 km². O clima é o tropical semi-úmido, variando sempre do semi-árido e seco a sub-úmido. Segundo o IBGE (2007), a população é de aproximadamente 32.400 habitantes.

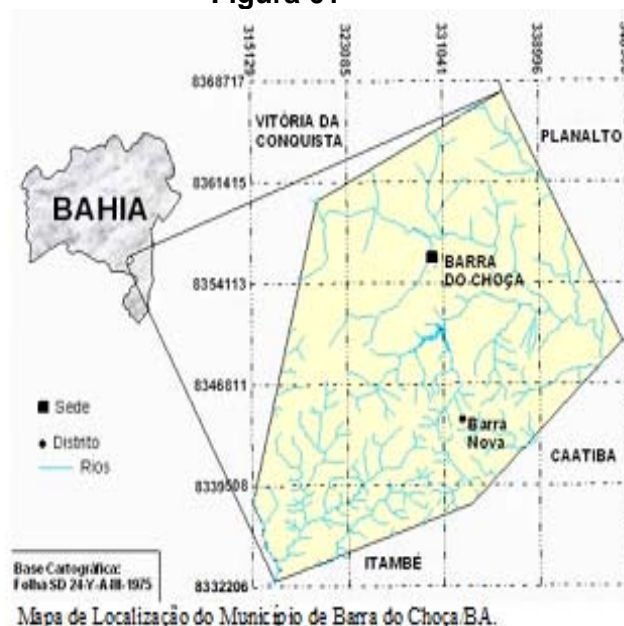
Até 1970, o município contava com 8.953 habitantes, sendo que 83% moravam na zona rural. As atividades econômicas eram a pecuária extensiva e a agricultura de feijão, milho e mandioca que atendia às necessidades básicas da população, sendo que o excedente era comercializado nas localidades próximas. Neste período, tem a atividade econômica assentada no setor primário, sobretudo na lavoura, com predominância da agricultura familiar.

Este segmento absorve um contingente considerável de membros das famílias, evidenciando, assim, a função social de terra. Entre os municípios vizinhos, Barra do Choça era o que tinha o menor contingente populacional. Itambé (ao sul) era 3,2 vezes mais populosa. Planalto (a nordeste) 2,2 e Caatiba (a sudeste) 1,5. No entanto, em 1980, Barra do Choça já contava com quase o dobro da população de Caatiba. Em 1991 a população do município supera a de Planalto e Itambé. Mesmo comparado com Vitória da Conquista, que teve o segundo maior crescimento entre os quatro municípios analisados, Barra do Choça cresceu 3,5 vezes mais no período 1970/2003 (IBGE, 2007).

A partir do ano de 1972, o município passa a ser o grande atrativo dos agricultores interessados em investir na cultura do café na região sudoeste da Bahia, visto que as pesquisas do Instituto Brasileiro do Café-IBC classificam-na como propícia para desenvolver a atividade, pois se destaca com solo e clima favoráveis. Além disso, o café é um produto de

relevância considerável no rol das exportações brasileiras, bem como na cadeia produtiva internacional.

Figura 01



Nessa conjuntura, as terras passam a ser bastante valorizadas, grandes investidores de várias outras regiões interessam demasiadamente pela compra dessas terras, e os pequenos posseiros começam a vender suas glebas para os especuladores imobiliários.

Articulado na mesma conjuntura, o município começa a trilhar novos caminhos em busca do “crescimento” e do “desenvolvimento”, agora sob a lógica do capital, obedecendo às regras da divisão social e territorial do trabalho, que determinam as novas relações. Não muito diferente dos outros municípios baianos, Barra do Choça também se apresenta nos mesmos parâmetros, com uma estrutura agrária um tanto conservadora, acompanhada da expansão da fronteira agrícola, e com a implantação e expansão da cultura cafeeira na região Sudoeste da Bahia, a partir da década de 1970, conforme já mencionado. Assim, abre espaço para a monocultura do café, que determina a lógica da produção.

A tabela 4 demonstra bem a realidade enfocada, pois se refere à estrutura dos estabelecimentos agrícolas na primeira década de introdução da monocultura na região, cuja distribuição das áreas já evidencia algumas mudanças na sua arrumação:

Tabela 4 – Estabelecimentos Agrícolas Barra do Choça/BA 1970/75/80 (em %)

Grupo de Áreas	1970		1975		1980	
	Nº de Estab	Área	Nº de Estab	Área	Nº de Estab	Área
< 20 ha	16,0	2,8	22,2	2,7	9,8	1,4
20 a 100 ha	63,8	25,1	55,2	29,8	71,8	31,4
100 a 500 ha	18,0	39,4	20,3	47,7	17,7	37,2
> 500 ha	2,2	32,7	2,3	19,8	1,9	30,0
TOTAL	100	100	100	100	100	100

FONTE: SANTOS, Antonio Luiz. Recife, UFPE, 1987.

Os dados da tabela evidenciam a concentração da terra no município de Barra do Choça, exatamente no período da implantação da lavoura cafeeira na região (década de 1970). Nesta data os estabelecimentos com mais de 500 hectares representavam 32,7% da área total. O número de estabelecimentos para a mesma classe diminui na década de 1980, porém, a área ocupada permanece exatamente a mesma. Todavia, o aumento do grupo de 20 a 100 hectares em termos de área e número de estabelecimentos relaciona-se à redução do grupo de 0 a 20 hectares.

Neste contexto, as condições para intensificar a expansão da lavoura cafeeira no município são encontradas com todas as regalias possíveis, visto a maneira com a estrutura agrária está organizada, garante com eficácia o processo da concentração da terra na região. A cafeicultura incrementa o preço da terra, agregando valor maior valor. Dessa maneira, as condições para o pequeno produtor são cada vez mais escassas, tendo que ceder lugar para os grandes produtores, os quais detêm das melhores condições financeiras para garantir a estabilidade da monocultura. A tabela 5 demonstra uma realidade mais detalhada da área em estudo:

**Tabela 5 – Estabelecimentos Agrícolas
Barra do Choça/BA, 1989**

Classes de Área	Nº de Estab	%	Total da Área	%
0 - 50	1.067	73,7	23.959,1	32,2
50 - 100	227	15,7	16.415,4	22,0
100 - 200	90	6,2	12.116,4	16,3
> 200	64	4,4	21.971,1	29,5
TOTAL	1448	100	74.462,0	100

FONTE: INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1989.

Percebe-se que a configuração espacial começa a apresentar uma nova feição no período a que se refere, embora seja perfeitamente perceptível que ocorre um crescimento razoável das pequenas propriedades, tanto em área como em número de estabelecimentos, sendo que o total representa 73,7% dos estabelecimentos 32,2% do total da área.

Tal fato ocorre em função dos programas de crédito dos Bancos do Nordeste e do Brasil, mediante a política do PRONAF, que “[...] logo incorporou o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera). Assim, numa postura muito criticada, o governo considerou praticantes da “agricultura familiar” tanto os trabalhadores assentados quanto os empresários agrícolas modernos”. (DOMINGOS NETO, 2004, p. 30).

Segundo informações concedidas pelo secretário Municipal de Agricultura de Barra do Choça, o montante dos investimentos aplicados no município pelos Bancos do Nordeste e do Brasil, soma, atualmente, o equivalente a R\$ 15.678.000,00. Deste montante, a maior parte é destinada aos pequenos agricultores que se organizam em associações. Atualmente, existem 18 associações agrícolas, destas, 15 se encontram devidamente organizadas com inscrição e CNPJ, outras estão em fase de organização. Todavia, vários associados já se encontram na inadimplência com os bancos, tendo em vista a política de juros altos e assistência técnica alienadora com produtos industrializados, os quais fazem parte dos “pacotes” dessa política garantida com recursos do Banco Mundial.

A adoção dessas práticas vem dar consistência às políticas do Banco Mundial, que asseguram a estrutura da reforma agrária sustentada pelo neoliberalismo. Tais práticas contribuem para corroborar com a desestabilização do Estado, pois os programas passam a comandar o processo, inclusive, com a intervenção do Estado no que se refere à estrutura fundiária do Brasil.

Desse modo, as políticas de governo sempre estão para favorecer a produção em larga escala, obedecendo à lógica das estruturas montadas pelas instituições de comando, como é o caso supracitado. Assim, tais práticas vêm garantir as políticas de ajustes estruturais, as quais são criadas no sentido de estimular e garantir cada vez mais a

privatização das terras, que tem sido uma prática dos governos brasileiros. A esse respeito, convém ainda ressaltar,

O Pronaf, voltando-se para o estímulo à produção, ignorou os graves problemas de comercialização em um contexto de depressão econômica. Com os custos de produção em movimentos ascendentes e os preços de comercialização em movimento inverso, esse programa findou levando numerosas famílias a abandonar o campo. Apesar de duramente contestado, persiste como instrumento privilegiado do governo brasileiro na construção do “Novo Mundo Rural” (DOMINGOS NETO, 2004, p. 31).

Como forma de entender melhor a realidade do município em estudo, é importante avaliar a tabela 6, na qual são evidenciados alguns dados da pesquisa de campo.

**Tabela 6 - Estabelecimentos Agrícolas
Barra do Choça/BA – 1997**

Classes de Área	Nº de Estabelecimentos	%	Total da Área (há)	%
Até 20 ha	518	51,8	2.970	7,6
20 - 40	181	18,1	4.735	12,1
40 - 60	106	10,6	5.192	13,3
60 - 80	53	5,3	3.313	8,
80 - 100	36	3,6	2.356	6,0
100 - 200	72	7,2	9.714	25,0
>200	34	3,4	10.693	27,5
TOTAL	1.000	100,0	38.977	100,0

FONTE: Venzina de Oliveira, UESB - 1997.

Os dados confirmam o exposto na tabela anterior, pois, conforme se observa as pequenas propriedades continuam a expressar um aumento considerável, representando 51,8. Entretanto, no que se refere ao total da área, logo se percebe a disparidade, pois os 518 estabelecimentos comportam apenas 2.970 hectares, ou seja, 7,6 % do total da área. Ao contrário, os estabelecimentos de até 20 hectares são representados na tabela com uma área acima de 200 hectares. Em relação ao número, a representatividade é pequena, apenas 34 estabelecimentos, enquanto que em área, representa 27,5 %.

Qualquer leigo compreenderia logo tamanha desigualdade entre a área dos estabelecimentos representados na tabela. Desse modo, não é difícil concluir que mesmo um município tão pequeno, concentra a posse da terra, seguindo assim a lógica da estrutura agrária do país, a qual tem sido sustentada pelo mercado.

Contudo, é importante lembrar que as propriedades não estão todas representadas nessa pesquisa. Segundo o IBGE (2009) o município tem um total de 1.510 propriedades. O atual estudo trabalha com uma representatividade de 1.000, conforme a tabela 6, considerada bastante expressiva para evidenciar a realidade e focar uma abordagem segura.

A pesquisa constata também, que 49,6 % dos donos de terras residem em outros municípios, destes, a grande maioria, 39 % moram em Vitória da Conquista, maior cidade da região Sudoeste e terceira maior cidade da Bahia, que polariza a região como um todo, com um comércio cada vez mais forte e serviços mais adaptados. A partir das décadas de 1970-1980, constatou-se um boom de crescimento demográfico e um expressivo “desenvolvimento econômico” em Vitória da Conquista, em função da implantação da cafeicultura na região.

Essa realidade não acontece apenas em Vitória da Conquista, para se ter uma idéia, “o município de Barra do Choça passa por graves problemas de infra-estrutura, por conta do vertiginoso crescimento demográfico ocorrido na década de 1970, que foi de 326,3%” . (IBGE E ESTUDOS BAIANOS, apud SILVA FILHO, LEITE e SOARES, 1996, p. 21).

Os proprietários que residem na propriedade representam 40,3 % do total dos entrevistados. A pesquisa revela que, em sua maioria, são camponeses, que detêm poucas áreas de terras, e, sobrevivem entre os grandes e médios produtores de café, que ora vendem sua mão de obra na cafeicultura, ora desenvolvem o trabalho familiar, cumprindo os dois papéis, no sentido de manter a sobrevivência no campo.

Essa realidade demonstra a importância do campesinato para o município, mesmo considerando a fragilidade do setor econômico, visto que a maior parte da população é composta de pequenos proprietários e lavradores, os quais sobrevivem do trabalho na cafeicultura, de modo especial, no período da safra, quando a oferta do emprego é muito maior. Sobremaneira, são assolados pela falta de políticas públicas capazes de lhes dar garantias para continuar o ciclo da sobrevivência no seu local de origem.

No período da safra do café, a população absorvida no trabalho chega a 90,5 %. Ao passo que na entressafra é absorvida apenas 9,5%, segundo a pesquisa de campo. Isto, porque o trabalho se restringe apenas à limpa e a adubação do cafezal, que nas grandes lavouras, geralmente é realizada com máquinas e tratores, reduzindo ainda mais a oferta de trabalho.

Além disso, é bom destacar que muitos trabalhadores não residem no município, eles chegam apenas no período da safra, vindos de outras localidades próximas e de cidades vizinhas. Mas a grande maioria reside no município e fica ociosa nos meses da entressafra, pois a oferta do trabalho diminui de forma abrupta, como é demonstrado. Nesse período, constata-se o aumento do número de “pedintes” e dos problemas sociais, que assolam de maneira considerável a população mais carente, aumentando a situação de risco e colocando as pessoas numa condição de maior vulnerabilidade. Isto, porque a maioria da população sobrevive do trabalho na cafeicultura, que é considerada importante na região, pois consegue amenizar a situação da pobreza durante um bom período do ano.

Outro ponto relevante para a compreensão da realidade enfocada é o destaque da organização da produção agrícola do município, a partir da inserção da cafeicultura. Até a década de 1970 o município produzia apenas para o abastecimento local, vendendo o pouco excedente nas feiras vizinhas. Nesse período, posseiros e meeiros dividiam a terra numa parceria harmoniosa. As relações de trabalho não passavam da simples produção do trabalho familiar, que apesar de sofrer com muitas dificuldades financeiras, mantinham a sobrevivência, haja vista a falta de políticas públicas e investimentos financeiros.

Todavia, a partir dessa década, o café ganha espaço em vastas áreas, incluindo as terras mais férteis, onde se desenvolvia a agricultura familiar, que por sua vez, passa a ser relegada ao segundo plano. A partir de então, a produção é estruturada sob uma nova lógica e organizada de modo a contemplar a ótica capitalista. A atividade econômica se fortalece na região como um todo, tendo como carro-chefe a cafeicultura, com expressivo índice entre os demais produtos, somando um total de 83 % entre as atividades agrícolas desenvolvidas, no ano de 2007. Em segundo plano ficam as demais culturas, com pouquíssima representatividade, sendo 5,2 de hortaliças, 2,1 de mandioca, 2,2 de banana, 1,8 de milho, 4,0 de outros produtos e, apenas 1,7 % de feijão, que é produto básico na mesa do trabalhador rural. (Pesquisa de campo, 2007/2009).

No sentido de compreender melhor a questão enfocada, é interessante avaliar os dados da tabela 7, os quais são resultados da pesquisa de campo de 2009, demonstrando a área cultivada por produto, inclusive com destaque para a redução do plantio de cafezais, isto é, em relação ao ano de 2007.

**Tabela 7 - Área Cultivada por Produto - Barra do Choça/BA
(em hectare)**

PRODUTOS CULTIVADOS	ÁREA (hectare)	%
Café	20.600	52,8%
Café / Pecuária	3.352	08,6%
Café / Feijão	157	00,4%
Pecuária	2.868	07,4
Área improdutiva	12.000	30,8
TOTAL	38.977	100,0

FONTE: Venozina de Oliveira Soares. 1997, adaptada em 2009.

A pecuária, por exemplo, está em segundo lugar no rol da cadeia produtiva entre as atividades econômicas desenvolvidas. Observe que mesmo consorciada com o café, ela representa um percentual considerável em relação aos demais produtos cultivados. Todavia, o dado mais interessante nessa tabela é o percentual da área ocupada só com o café, isto é, 52,8 %.

Embora tenha sido reduzido desde 2007, este valor ainda é bastante expressivo, demonstrando a força que a monocultura tem desenvolvido na região. Por muitos anos as culturas desenvolvidas para o abastecimento da população nunca atingiu uma área tão representativa como é o caso do café, isto, porque a atividade agrícola era praticada apenas para o sustento das famílias, restando muito pouco para a comercialização. Além do mais, uma produção agrícola familiar jamais chegou ao patamar de uma monocultura, pelo menos em nossa realidade, em qualquer que tenha sido a conjuntura.

A pesquisa de campo retrata que a agricultura representa 78 % das atividades econômicas desenvolvidas, evidenciando, portanto, que o município é eminentemente agrícola, e, como tal, deveria ter uma atenção maior por conta dos governos, com políticas públicas mais adequadas para atender com mais eficácia aos pequenos agricultores, de modo especial, aqueles cujas raízes ainda estão assentadas com características camponesas, devendo sustentá-los e mantê-los no campo.

Os assentamentos também marcam presença no município. Até a década de 1970, não havia vestígios de interesse de posseiros na região, até mesmo porque essa realidade começa a se despertar no Brasil a partir da década de 1960, fato ainda novo no país, principalmente para os municípios de pequenos porte, como é o caso de Barra do Choça.

Esse processo vem se intensificar na década de 1980, quando a Reforma Agrária toma rumos mais positivos, como o “Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA, instituído pelo Decreto 91.766 de outubro de 1985, que passa a beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários” (MORISSAWA, 2001, p. 107). Nesta década o MST começa a ganhar expressão no território da Bahia, tendo em vista que as áreas de terras improdutivas ainda são um tanto representativas.

No caso da área em estudo, o Mocambo é o primeiro assentamento a existir de forma legalizada em 1985, com cerca de 20 famílias, posteriormente instala-se o assentamento Canguçu, com 60 famílias assentadas, e, por último, instalou-se o assentamento Pátria Livre, que atualmente conta com 23 famílias e desenvolve vários programas de inserção e inclusão das famílias assentadas.

Todos eles estão devidamente legalizados, com programas de assistência de acordo com a atual política do MST. Seus membros trabalham de forma coletiva, evidenciando a importância da terra para cumprir a sua função social. É importante acrescentar, que mesmo nestes assentamentos, os problemas ainda persistem, pois, conforme já foi dito, as políticas ainda não são capazes de dar conta de uma vida justa e digna para os cidadãos do campo, mesmo os que já se encontram assentados. Desse modo,

[...] a “reforma agrária” se reduz a um conjunto de medidas destinadas a favorecer a exploração da terra, mas sem atenção alguma à questão dos indivíduos e categorias sociais da população rural que se acha em condições de tirar proveito dessa exploração da terra; ou que, pelo contrário, são por ela esmagados e reduzidos a padrões de vida absolutamente insatisfatórios (PRADO JUNIOR, 1987, p.19)

Neste contexto, é perfeitamente clara a situação de desengano e desesperança pela qual vive a população rural desse país, dada a desigualdade vivenciada no campo, em função do processo de “modernização” desenvolvida pela política neoliberal dos últimos governos, inclusive do governo de Lula, do qual se esperava a solução imediata para esse problema que tem assolado os camponeses e vem contrariando a lógica da sobrevivência interna. Isto, porque de acordo com os interesses do capital, a terra deixa de ser entendida como bem natural, de uso e usufruto de todos que nela habita e produz, passando a ser entendida e apreendida como bem de capital, ou seja, como bem de usufruto do capitalismo.

Dessa forma, pode-se observar a forma injusta como tem sido estruturada a posse da terra nesse país, concentrada em sua maioria nas mãos de poucos proprietários, gerando uma conseqüência negativa nas condições sociais da maior parte da população, de modo especial, daquela que sobrevive tirando o seu sustento da terra, pois não a concebe como objeto de lucro, muito pelo contrário, ela é entendida como meio de vida, de luta e labuta no dia a dia.

Neste contexto, percebe-se que as relações tradicionais desenvolvidas no campo subsistem ao lado de relações de trabalho assalariadas para determinados cultivos e tecnologias, buscando a racionalidade no emprego da mão de obra rural, reafirmando viabilização e acumulação do capital, numa engenhosa façanha proposta pelo modo de produção que emana as relações econômicas desse país.

Portanto, mediante a análise da evolução da estrutura agrária, constata-se que a realidade no campo do município de Barra do Choça não é diferente de outras regiões, cuja produção agrícola é sustentada na ótica da atividade agrícola destinada para o comércio de exportação. A terra, em sua maioria tem sido utilizada principalmente para o plantio do café, que a partir da década de 1970, ganhou espaço nesta área, em função da importância no rol da cadeia produtiva, bem como da pauta de exportação do comércio brasileiro. Por conseguinte, os demais negócios também se estruturam em função de garantir a sustentabilidade do agronegócio café, numa conjectura um tanto linear, envolvendo toda a cadeia produtiva, inclusive os pequenos proprietários, cujo trabalho e produtividade passam a ser articulados num mesmo direcionamento, obedecendo à lógica da estrutura do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

AMIN, S. e VERGPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, C. X. de e MOREIRA, I. T. Desenvolvimento Tecnológico e Relações de Trabalho na Agricultura: o caso de São José do Belmonte - PE. Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 660-675, novembro 2000.

CEI, Estudos Sócio Econômico – Estrutura Fundiária e de Produção. Salvador, 1985.

CONCEIÇÃO, A. L. Jovens Andarilhos no Curto Circuito do Capital. OKARA: Geografia em Debate, v. 1, nº 1, p. 77-100. 2007.

DIAS, M. M. O Bom, o Mau e o Feio: A Política Fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

DOMINGOS NETO, M. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, M. D. (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

FALEIROS, R. N. Colonos e Fazendeiros nas Fronteiras de Expansão da Cafeicultura Brasileira. UNICAMP. Campinas, São Paulo.

FRANK, A. G. A Agricultura Brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo – 1964. In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, J. O “bóia-fria”: entre aspas e com os pingos nos is. In: UNESP. Departamento de Economia Rural. A mão-de-obra volante na agricultura. Polis, São Paulo, 1982.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, São Paulo, 2005.

IANNI, O. A Formação do Proletariado no Brasil – 1971. In: STEDILE, J. P. (org.). A Questão Agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

_____. Censos Agropecuários, 1920/60/80/91

_____. Censos Agropecuários. Cálculos: NSE/CEI. 1960/70/80

INCRA – Sistema Nacional de Cadastro Rural, 1989.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 3 ed. Tradução de Rubens E. Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LOCATEL, C. e AZEVEDO, F. F. de. Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (73).

MARTINS, J. de S. O Cativo da Terra. 7ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, J. de S. O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo, Hucitec, 1995.

_____. Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo. Editora VOZES, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1981.

_____. Reforma Agrária: O Impossível Diálogo. 1ª ed. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MILLIET. Roteiro do Café e Outros Ensaios: Estudos Rurais. São Paulo, HUCITEC, 1941.

MOREIRA, R. Movimento Operário e a Questão Cidade-campo no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. O Tempo e a Forma: a sociedade e suas formas de espaço no tempo. Ciência Geográfica, Bauru, IV, Janeiro/Abril, 1998.

MORISSAWA, M. A História da luta pela terra e o MST - São Paulo: Expressão Popular, 2001, 256 p.

OLIVEIRA, A. U. de. A agricultura camponesa no Brasil. Caminhos da Geografia. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1997a.

_____. de. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184 p.

PEREIRA, D. A. C.; SANTOS, D.; CARVALHO, M. B de. Geografia Ciência do Espaço: O Espaço Brasileiro. 2 ed. São Paulo: Atual, 1994.

PRADO JR., C. A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense. 4 ed. 1987.

_____. Contribuição para análise da questão agrária no Brasil. In: VEIGA, J. E. da. (org.). A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 2000.

SANTOS, A. L. Produção de Riqueza e Miséria na Cafeicultura: as transformações recentes do espaço rural nos municípios de Vitória a Conquista e Barra do Choça - BA – Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1987.

SILVA FILHO, J. A. da; LEITE, G. A.; SOARES, V. de O. O Crescimento Demográfico de Barra do Choça - BA. Vitória da Conquista: UESB – 1996.

SILVA, A. F. da. A relação cidade-campo: como analisá-la? Natal: Imagem, 1998

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. Natureza, Capital e a Produção do Espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, V. de O. A Estrutura Fundiária do Município de Barra do Choça - BA. Vitória da Conquista. UESB, 1997.

SOUSA. M. B. de. Relação Capital/Trabalho no Assalariamento Rural, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG - Outubro de 2005, Brasília/DF.

YEROS, P. A Geopolítica da Reforma Agrária. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007.